POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO DE GUINÉ- BISSAU: DA SUSTENTABILIDADE AO DESENVOLVIMENTO

Alficene Dem¹

RESUMO

Em que medida as políticas públicas voltadas ao turismo podem garantir o desenvolvimento econômica e sustentável na Guiné-Bissau? Levando em consideração que, o turismo na sua dimensão mais ampla, configura-se como um fenômeno multidimensional e global, especialmente na contemporaneidade, articulando dinâmicas sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e simbólicas. A partir disso, o nosso trabalho busca analisar os impactos das políticas públicas voltadas ao turismo no país, focando-se nas estratégias empenhadas pelo governo nesse sector em busca de sua eficácia. A literatura especializada em turismo destaca, de forma quase unanime, que esta é uma área de grande potencialidade para o desenvolvimento econômico, social, cultural etc. contudo, a maioria dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento apontam inúmeros desafios como: - no caso da Guiné-Bissau, instabilidades políticas recorres, golpes de Estado, precariedade em mobilidade e infraestrutura, dependência financeira pelos Estados parceiros com dos organismos internacionais, esses desafios afetam negativamente os projetos do desenvolvimento e sustentabilidade no país, sobretudo o setor turístico. Com efeito, argumentamos que políticas integralizadas podem contribuir para o turismo, dinamizando a diversificação econômica e melhoria de qualidade da vida dos cidadãos. Em termos metodológicos o estudo propõe uma abordagem qualitativa, com uso de pesquisa documental e análise de bibliografia.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, Turismo, Guiné-Bissau.

---

¹ Graduando em Administração Pública Pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e-mail: alfidem2013@gmail.com

ABSTRACT

To what extent can public policies aimed at tourism guarantee economic and sustainable development in Guinea-Bissau? Taking into account that, tourism in its broadest dimension, is configured as a multidimensional and global phenomenon, especially in contemporary times, articulating social, economic, cultural, environmental, political and symbolic dynamics. Therefore, our work seeks to analyze the impacts of public policies aimed at tourism in the country, focusing on the strategies undertaken by the government in this sector in search of their effectiveness. The literature specializing in tourism emphasizes, almost unanimously, that this is an area of great potential for economic, social, cultural, etc. development. However, most underdeveloped or developing countries point to numerous challenges such as: - in the case of Guinea-Bissau, recurring political instabilities, coups, precarity in mobility and infrastructure, financial dependence on partner states of international organizations, international organizations challenges negatively affect development and sustainability projects in the country, especially the tourism sector. Indeed, we argue that integrated policies can contribute to tourism, boosting economic diversification and improving the quality of life of citizens. In methodological terms, the study proposes a qualitative approach, using documentary research and bibliography analysis.

Keywords: Sustainable Development, Public Policies, Tourism, Guinea-Bissau.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o debate sobre o turismo tem ganhado destaque e se expandindo de forma expressiva, envolvendo não apenas o meio acadêmico e científico, mas também organizações da sociedade civil, governos, políticos, empresários e mídias sociais. Além disso, é uma área que nos instiga a refletir sobre as noções como desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e desafios climáticos. Nesse sentido, o presente trabalho propõe uma análise aprofundada das políticas públicas ligadas ao turismo na Guiné-Bissau, com ênfase nos aspectos de sustentabilidade e o desenvolvimento.

Em linhas gerais, a Guiné-Bissau é um país com caracterizado por suas características multiculturais e multilíngues (estima-se quase que possua trinta grupos étnicos), cada qual com o seu próprio *modu vivendi*. Entre esses grupos, destacam-se os Fulas, Balantas, Papéis, Manjacos, Mancanhas, Mandingas, Biafadas, Felúpes, Bijagós, Nalus, entre outros. Sua extensão territorial é de 36,125 km², com uma população de quase 3 milhões de habitantes. O país tem delimitações fronteiriças com o Senegal ao Norte e Leste e a Guiné-Conacry ao Sul, sem deixar de mencionar a sua dimensão continental e insular. Esta última é apresentada por arquipélagos e ilhéus, como o arquipélago de Bijagós, que conta com cerca de mais 80 ilhas GUINÉ-BISSAU (2015).

A situação política da Guiné-Bissau, por muitos anos, tem-se mostrado instável. Muitos pesquisadores e acadêmicos datam que, desde a independência do país em 1973, nunca houve uma governança estável e isso deve-se a consideráveis fatores. Iniciando com a política do partido único comandado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), cujo cariz autoritário (controlava toda a vida política, econômica, social e cultural) (Koudawo, 1996); sucessivos golpes de Estado; guerra civil; corrupção; violações do Estado de direito; sobreposição dos poderes estatais; ausência de accountability democrático e uma sociedade civil frágil (Cardoso, 2008). Do ponto de vista econômico, sempre a Guiné-Bissau apresentou um desempenho indesejado. É um país com fortes dependências de ajudas externas, de acordo com o relatório do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), mais de metade do seu orçamento é oriundo de financiamento externo. Muito embora, em 2023, o país mostrou um desempenho de melhoria em comparação com os períodos anteriores (Banco Mundial, 2024).

De igual modo, sua localização geográfica, sua biodiversidade e riqueza cultural conferem à Guiné-Bissau um grande potencial turístico. Visto que, o país possui qualidades inegáveis de atração turística, especialmente por seus inúmeros atributos culturais e ecológicas, tornando-se um destino ideal para o ecoturismo e turismo de aventura (rural e

cultural), que são as modalidades mais exploradas no país. No entanto, o seu estágio complexo da vida política e econômica, constitui como uma das principais entraves para várias áreas ligadas ao desenvolvimento (como saúde, educação, mobilidade, infraestrutura, entre outros). E o sector de turismo também acaba sendo afetado por esses imbróglis (como mostra o trecho a baixo).

Contudo, faz-se necessário esta breve síntese, visto que esses e outros desafios afetam diretamente o sector do turismo. Ou seja, não se pode pensar os efeitos do turismo sem levar em consideração o aspecto contextual e temporal. Na contemporaneidade, refletir sobre o turismo é uma tarefa complexa, ao se enquadrar à lógica do capitalismo globalizado, essa prática socioespacial passa por transformações tão profundas que, a não ser pelo carácter do deslocamento, invariavelmente relacionado ao uso do tempo livre, em pouco se parece as características antes verificadas de produção e consumo dos espaços apropriados para tal finalidade (Brandão, 2009).

Como já enfatizamos no segmento anterior, a Guiné-Bissau de fato dispõe múltiplas potencialidades na área de turismo, sobretudo, em matéria de ecoturismo. A título de exemplo, a beleza e a integridade de paisagem, a presença de numerosas espécies emblemáticas tais como o chimpanzé, hipopótamo ou tartarugas marinha e a riqueza dos patrimónios culturais, faz da Guiné-Bissau um país com uma forte vocação para este subsector do turismo em pleno crescimento (IBAP, 2018). Nos últimos dez anos, a Guiné-Bissau consentiu esforços significativos para estabelecer uma rede nacional de áreas protegidas destinadas a cobrir aproximadamente um quarto do território nacional. Estes espaços são ocupados por comunidades cujo saber, a cultura e os modos de vida em geral estão estreitamente ligados ao ambiente natural. Estas características fornecem uma oportunidade dupla, tanto para dar conteúdo às visitas de descoberta dos sítios assim como de criar alternativas de emprego e de receitas em benefício das comunidades (Idem).

A partir desta perspectiva indaga-se em que medida as políticas públicas voltadas ao turismo podem garantir o desenvolvimento econômico e sustentável na Guiné-Bissau? Essa questão configura-se como a nossa principal preocupação do trabalho. A intenção não é apenas observar os quesitos consumo e crescimento econômico, mas também se estas fazem jus à noções da sustentabilidade, redução da desigualdade social e econômico, sobretudo em um diálogo permanente com as comunidades onde as atividades turísticas são mais frequentes, geralmente são zonas mais periféricas do país, como muitas as chamam “áreas rurais”. Neste sentido, é relevante destacarmos as comunidades das Ilha de *Bubaque e Bolama*, que configuram como principais destinos turísticos da Guiné-Bissau e, portanto, um foco

importante das políticas públicas nessa região. Essa região além de oferecer a atração turística atrelada a ecologia ela também adapta o modelo de turismo de praia, que entra também como uma das principais modalidades do país.

2.METODOLOGIA

Para tanto, metodologicamente adotamos uma abordagem qualitativa. Com efeito, nos possibilitou a uma revisão da bibliográfica existente sobre o assunto no país, através de relatórios, livros, artigos, dissertações, monografias etc. De igual maneira, apoiou-se bastante na análise documental, no uso de documentos oficiais do governo e planos estratégicos do sector de turismo no país. A título de exemplo, a Lei de Base de Turismo n° 1/2011, o Plano Operacional Estratégico "Terra Ranka" (2015-2025) , a Estratégia Nacional do Ecoturismo e o DENARP I e II , além de relatórios de instituições governamentais e não governamentais. Consultamos também os sites do IBAP e da Tiniguena para acesso a documentos e leis, analisados em profundidade. Por fim, identificamos 79 trabalhos e relatórios em português, francês e inglês utilizando os descritores "Turismo" e "Guiné-Bissau". Após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, 27 documentos foram que serviram para análise na pesquisa.

É importante ressaltar que a escolha dessa temática deve-se à relevância do seu objeto. Vale lembrar que, atualmente, o setor de turismo, além de suscitar reflexões importantes sobre segurança pública, cuidado com o meio ambiente, desigualdade social e desenvolvimento sustentável, com ênfase nas questões de eventos e mudanças climáticas, também se destaca como uma das principais áreas agregadas da economia mundial.

3.POLÍTICA PÚBLICA: algumas acepções

A política pública, surge como uma ferramenta governamental destinada a abordar as necessidades e desafios enfrentados pela sociedade, especialmente frente às deficiências e falhas presentes em muitos Estados. Por meio dessas políticas, busca-se reduzir as lacunas que afetam a população em diversas áreas de interesse público, incluindo problemas sociais, econômicos, ambientais, além de questões relacionadas à saúde, educação e segurança. No entanto, o conceito também não foge de disputas e interpretações por seus estudiosos como qualquer outro conceito no campo acadêmico é passível de discussões e amadurecimento para o ganho da própria área de estudo.

Nesse sentido, os estudos sobre políticas públicas ganharam destaque na segunda metade do século XX, especialmente nos Estados Unidos. Esses estudos exploram a importância das políticas públicas e o interesse crescente dos pesquisadores em entender e

avaliar seus impactos na sociedade (Secchi, 2010). Contudo, apesar da relevância do campo, ainda existe um impasse em relação à definição de política pública. Ou seja, como já anunciado que não há uma única forma ou definição amplamente aceita que se considere superior sobre o que constitui exatamente uma política pública. Isso indica que diferentes estudos e teorias podem ter interpretações variadas sobre o tema, refletindo a complexidade e a diversidade das políticas públicas em diferentes contextos (Souza, 2006).

Na mesma ocasião, Secchi (2010) afirma que uma política pública pode ser entendida como uma diretriz ou um conjunto de medidas criadas para enfrentar um problema considerado público, isto é, que impacta a sociedade de maneira ampla. Complementando essa definição, Dias (2003) afirma que as políticas públicas consistem em ações inovadoras pelo Estado para atender às necessidades da população. Assim, o objetivo central de uma política pública é resolver questões que a sociedade regulamenta como relevantes, abrangendo áreas como saúde, educação, segurança e meio ambiente, entre outras.

Devido à sua natureza complexa e polissêmica, pesquisadores como Monteiro (2022) buscam categorizar as políticas públicas em diferentes modalidades, a fim de oferecer uma compreensão mais clara e rigorosa do conceito. As modalidades propostas incluem: a) políticas distributivas ou de infraestrutura, b) políticas regulatórias, c) políticas redistributivas e políticas específicas. Conforme o autor, a terceira modalidade - políticas regulatórias, que tem mais bagagem para definir com a população se comporta. De mesmo modo, ela também pode ajudar a promover o turismo e definir como as atividades devem ser realizadas.

Portanto, nessa seção buscou de maneira não exaustiva apresentar a discussão em torno da definição de políticas públicas. Sobretudo da sua complexidade em termos de posicionamento e de sua aplicação em contextos como da Guiné-Bissau. Isso foi relevante para a melhor compreensão dos segmentos a seguir.

4.POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO NA GUINÉ-BISSAU

Inicialmente, vale ponderar que as políticas públicas transcendem a mera apresentação de conceitos e definições, abrangendo assim uma dimensão da praticidade que envolve não apenas as ações formuladas e realizadas pelos Governos em benefício da sociedade, mas sim, uma análise crítica sobre os processos de elaboração dessas ações, bem como os objetivos que orientam essas ações. Considerando que, o turismo apresenta uma oportunidade de aumento de receitas, não somente para o país, mas também para a população. Neste sentido, esta seção se propõe sobre as políticas públicas do turismo na Guiné-Bissau.

Em 10 anos, as receitas vindas do turismo contribuirão com 11,4% da economia mundial, gerando um impacto de US\$ 16 trilhões no PIB dos países, segundo estimativas do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, 2014). O Relatório de Impacto Econômico (EIR) do WTTC também prevê a criação de 449 milhões de empregos no setor, o que representará 12,2% da força de trabalho global na próxima década. Esses dados enfatizam o papel do turismo como um motor de crescimento econômico e um importante gerador de empregos em todo o mundo, especialmente em países subdesenvolvidos que buscam diversificar suas economias e promover práticas sustentáveis de desenvolvimento.

Segundo os dados da Organização Mundial do Turismo - OMT (2017) apontam para um avanço entre 3,5% e 4,5% na Europa e nas Américas; entre 5% e 6% na Ásia e no Pacífico; de 5% a 7% na África; e entre 4% e 6% no Oriente Médio no ano 2017. Representando 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, o turismo coloca-se no terceiro setor exportador do mundo. Além disso, uma em cada dez pessoas no mundo trabalha diretamente ou indiretamente no setor do turismo.

Considerando o crescimento global do turismo, especialmente em África, onde as taxas variam entre 5% e 7%, observa-se uma oportunidade para que a Guiné-Bissau explore o seu potencial em diversidade cultural e biodiversidade. Para isso, sugere-se a importância de um planejamento que leve em conta as características e interesses da população, com a implementação de políticas estratégicas que contribuam para o desenvolvimento do setor.

Contudo, a conjuntura atual influencia tanto as potencialidades como os incessantes desafios do turismo no país. Historicamente, a economia da Guiné-Bissau tem se baseado fortemente na agricultura, com a produção e exportação de castanha de caju representando entre 85% e 99% das exportações totais (Malomar, 2017). No entanto, essa dependência, combinada com a limitada diversificação econômica e a baixa produção interna de alimentos, como arroz e produtos hortícolas, ressalta a necessidade urgente de identificar setores alternativos que possam contribuir para a estabilidade e o crescimento econômico do país. Nesse contexto, acredita-se que o setor de turismo pode contribuir de maneira positiva para a economia, considerando as oportunidades planejadas que o país oferece — aqui, estamos isolando os efeitos políticos, que são frequentemente vistos como o principal fator negativo para o turismo na Guiné-Bissau. Além disso, as características ecológicas e geográficas do país proporcionam um suporte interessante para essa área. Os arquipélagos dos Bijagós, em particular, apresentam uma textura atraente e convidativa que pode ser aproveitada (GUINÉ-BISSAU, 2015; Malomar, 2017).

Essa percepção também se reflete na agenda do governo, que vê o setor turístico como uma das propostas alternativas para o crescimento político e econômico. Vide em 2011, foi promulgada a Lei nº 1/2011, que estabelece as bases para uma gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento do turismo. No entanto, essa legislação não passou por revisões significativas desde sua publicação, o que limita sua eficácia diante das novas demandas (GUINÉ-BISSAU, 2015).

Outros marcos políticos relevantes incluem o Plano Operacional Estratégico de Desenvolvimento Nacional "Terra Ranka" (2015-2025), que define o turismo como um dos quatro setores prioritários para o crescimento econômico do país, posicionando-o como um motor central para o desenvolvimento sustentável. Este plano visa transformar a Guiné-Bissau em um destino turístico reconhecido a nível mundial, destacando-se pelo ecoturismo, dada a sua rica biodiversidade e herança cultural (GUINÉ-BISSAU, 2015). A Estratégia Nacional do Ecoturismo é outra política que reflete essa ambição, promovendo a valorização dos patrimônios naturais e culturais do país e buscando garantir uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos para a população local. A elaboração dessas políticas evidenciam a compreensão governamental sobre a necessidade de fomentar um turismo sustentável, que respeite os limites ambientais e culturais do país.

A implementação desses planos enfrenta barreiras como a escassez de recursos financeiros, a falta de infraestrutura adequada e a fragilidade das instituições pela governança do setor. Além disso, a ausência de planos integrados de marketing e promoção internacional limita a competitividade do país em relação a outros destinos turísticos da região. A situação é agravada pela constante instabilidade política e pelas mudanças ocasionais de governo, que afetam a continuidade das políticas, gerando incertezas que afastam investidores e comprometem o planejamento de longo prazo (Monteiro, 2008).

A eficácia das políticas públicas no desenvolvimento do turismo sustentável na Guiné-Bissau está diretamente ligada à sua capacidade de abordar as complexas interações entre fatores econômicos, sociais e ambientais. Para fomentar um turismo que não atraia apenas visitantes, mas também beneficie as comunidades locais e preserve o meio ambiente.

Nessa acepção entra a importância das políticas públicas, como realça o Souza (2006), de que as políticas públicas são fundamentais para resolver problemas sociais e promover o bem-estar das populações, especialmente em países em desenvolvimento, onde as deficiências estruturais e institucionais são mais pronunciadas. Reforça-se, portanto, a necessidade de que essas políticas sejam cuidadosamente formuladas e reformuladas, levando em conta o contexto específico de sua implementação. Com efeito, é importante ater-se ao contexto e evitasse de

uma transposição fiel dos modelos estrangeiros², à propósito este é umas das práticas comuns em muitos países africanos, incluindo a Guiné-Bissau. Uma vasta literatura discute a fragilidade dos conceitos transpostos, sobretudo aqueles oriundos do Ocidente e aplicados ao Sul Global³. No caso da Guiné-Bissau, o programa de ajustamento estrutural⁴ é um exemplo claro de uma política que demonstrou ser insuficiente por não conseguir dar conta dos contextos locais onde não foi originalmente concebido; evidenciando mais uma vez, a importância fundamental do contexto na formulação de políticas eficazes.

Para avançar nessa direção, as políticas públicas de turismo em Guiné-Bissau devem considerar alguns elementos críticos. Em primeiro lugar, é necessário melhorar a governança e a capacidade institucional do país, fortalecendo as entidades responsáveis pela formulação, implementação e monitoramento das políticas de turismo. Isto poderia ser alcançado por meio de capacitação técnica, estabelecimento de mecanismos de coordenação intersetorial e promoção de parcerias público-privadas. Além disso, a inclusão de comunidades locais na tomada de decisões é essencial para garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos de forma justa e que as práticas culturais e ambientais sejam respeitadas e preservadas. Para Beni(2006), o engajamento comunitário é um fator chave para o sucesso de projetos de turismo sustentável, pois promove a coesão social e a apropriação local dos benefícios econômicos gerados. Em seguida as políticas de turismo devem adotar uma abordagem integrada que combine crescimento econômico com proteção ambiental. O ecoturismo, que é promovido como uma das principais vertentes do turismo na Guiné-Bissau, depende da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, que são os principais atrativos do país. A implementação de políticas rigorosas de proteção ambiental, junto com incentivos para práticas sustentáveis de turismo, pode ajudar a preservar esses recursos para as gerações futuras. Adicionalmente, é necessário desenvolver infraestruturas de apoio ao turismo, como transporte, hospedagem e serviços de alimentação, especialmente em áreas com alto potencial turístico, como o Arquipélago dos Bijagós. A melhoria da infraestrutura deve ser acompanhada por uma política

---

² No entanto, é fundamental esclarecer que esta abordagem não implica uma exposição dos modelos estrangeiros. Ao recorrer a esses modelos, torna-se essencial priorizar as especificidades e demandas locais, com o objetivo de minimizar possíveis constrangimentos, deslocamentos e frustrações durante o processo de implementação.

³ Ver os autores da corrente dos Estudos Africanos (Paulin Hountondji, Kwame Nkrumah, Wole Soyinka, Michael Bratton etc.).

⁴ Programas de ajustes estruturais - (PAE) foram pacotes de reformas econômicas implementadas principalmente em países em desenvolvimento durante as décadas de 1980 e 1990. Patrocinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, esses programas foram concebidos para ajudar economias em crise.

de promoção internacional coordenada, que posicione a Guiné-Bissau como um destino único para o ecoturismo e turismo cultural.

Por fim, o desenvolvimento de um plano estratégico de turismo sustentável requer uma articulação efetiva entre as políticas locais e as melhores práticas internacionais. A experiência de outros países demonstra que políticas públicas bem-sucedidas no turismo sustentável combinam medidas de regulação, incentivos econômicos e educação ambiental. Em Guiné-Bissau, isso poderia envolver a implementação de programas de capacitação para operadores turísticos, campanhas de sensibilização para turistas e locais, além da adoção de padrões internacionais de qualidade e sustentabilidade. A criação de um Plano Diretor Nacional para o desenvolvimento do turismo sustentável, alinhado com as diretrizes da Organização Mundial do Turismo (OMT), poderia servir como um guia para a formulação de políticas regionais e a promoção de iniciativas que aproveitem o potencial turístico de cada área do país.

5.SUSTENTABILIDADE NO TURISMO: Princípios, Desafios e Práticas globais

O conceito de sustentabilidade no turismo abrange um conjunto de práticas e princípios que buscam equilibrar os benefícios econômicos da atividade turística com a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais. A sustentabilidade é essencial para o turismo, pois garante que as gerações futuras também possam usufruir dos recursos naturais e culturais disponíveis. Em países como a Guiné-Bissau, a adoção de práticas sustentáveis no turismo é da suma importância visto que proporcionará uma capacidade de desenvolver uma economia verde de longa duração e inclusivo, de igual modo, trabalhar na preservação ambiental e cultural.

Segundo Feil e Schreiber (2017, p. 676)“a sustentabilidade é um objetivo ou parâmetro (objetivo final) estabelecido com base em critérios científicos, que mede e monitora os resultados produzidos pelo uso de estratégias de desenvolvimento sustentável”. No trabalho de Borbosa (2007 citado por VENTURINI e LOPES (2015) observa-se que o tema do desenvolvimento sustentável é composto por três componentes que,conforme o autor, os elementos essenciais, formam o chamado tripé da sustentabilidade, como mostraremos na tabela a seguir:

Tabela 1 - Tripé da Sustentabilidade

Econômico	Autonomia econômica, alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e competência para a renovação contínua dos instrumentos de produção.

Social	Produção de bens destinados a atender às necessidades básicas da população; distribuição justa de renda e bens; e emprego autônomo que ofereça uma qualidade de vida confortável.
Ambiental	Usar os recursos esgotáveis de maneira eficaz, respeitando o meio ambiente e reduzindo os resíduos e a poluição.

Fonte: Adaptado em Borbosa (2007 apud. VENTURINI, LOPES, 2015).

Estes três componentes estão interligados e são fundamentais para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. A aplicação de políticas que incluam esses elementos pode resultar em um aumento específico na qualidade de vida da população, ao mesmo tempo que mantém a preservação do ambiente natural. Como sustentaram Dias et al. (2009, p.51); o turismo tem-se revelado em muitos países e regiões, como um motor importante de desenvolvimento econômico e de transformação sociais; as ações turísticas do país devem ser orientadas pelo envolvimento social. Isso inclui educação ambiental conjunta, saneamento básico e cidadania ativa, aumentar a conscientização da população por meio de programas ou projetos voltados para a vida social, na educação e formação de mão-de-obra local.

Os estudos realizados pelo governo do guineense DENARP I e II (2005 e 2011) e Terra Ranka (2015), demonstram que Guiné-Bissau, tem ao seu dispor um conjunto de recursos naturais a serem explorados. Por exemplo, 26% de seu território é composto por parques naturais e áreas protegidas, o que significa é necessário uma política pública bem planejada e revisada, por isso é necessária para esses recursos e áreas de atividades como ecoturismo, observação de aves, turismo balnear, turismo cinegético (caça e pesca), recursos naturais, de acordo com programa Terra Ranka (2015, p. 154). São sítios extremamente favoráveis para o desenvolvimento do País. À medida que os problemas sociais e ambientais forem bem controlados, os recursos naturais devidamente geridos e explorados, onde constituirão caminhos e mecanismos nas resoluções dos problemas, mas elementares rumo ao desenvolvimento social e economicamente.

E ainda, DENARP II (2011), mostra alguns obstáculos ao desenvolvimento do turismo na Guiné-Bissau incluem a falta de uma estratégia política para o setor turístico, a falta de infraestrutura social adequada, a falta de mão-de-obra avançada e a imagem negativa do país como resultado das décadas de instabilidade política e militar. Em termos ambientais, o meio ambiente, que é uma das principais fontes de atração turística do País, deve ser preservado e conservado não apenas como a beleza natural e a herança cultural para a comunidade local, mas

também como um fator que melhora os valores sociais e econômicos locais como base para o planejamento de todas as suas atividades e do território nacional.

5.1. TURISMO E MEIO AMBIENTE

Esta seção visa complementar o segmento anterior, destacando a interdependência entre o turismo e o meio ambiente, ambos elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável. No debate atual, o turismo está diretamente relacionado a noções de desenvolvimento que respeitam os princípios da sustentabilidade, especialmente quando os recursos naturais servem como atrativos turísticos. Nesse contexto, a Guiné-Bissau, conhecida pelo seu potencial em ecoturismo, exemplifica como a utilização desses recursos pode contribuir para o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente.

Em 2022, a ONU aprovou a Resolução 77/178⁵, que destaca o turismo como uma área central nas políticas públicas voltadas à erradicação da pobreza e à proteção ambiental, promovendo o turismo sustentável e resiliente, incluindo o ecoturismo. A resolução oferece uma série de recomendações aos países membros para o desenvolvimento do setor turístico, integrando diretrizes e declarações sobre o tema e incorporando contribuições relevantes da Organização Mundial do Turismo (OMT) (ONU, 2022).

Segundo a OMT (2003), o desenvolvimento do turismo sustentável envolve atender as demandas dos turistas hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que preserva e expande as oportunidades para o futuro. É compreendido como um guia para a administração de todos os recursos, garantindo que as demandas econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A sustentabilidade no turismo refere-se ao desenvolvimento de atividades turísticas de maneira a minimizar impactos ambientais negativos, maximizar benefícios econômicos para as comunidades locais e promover a preservação cultural e social. De acordo Swarbrooke (2000), a relação entre o turismo e o meio ambiente é intrinsecamente interdependente, com os recursos naturais como atrativos turísticos. A sustentabilidade do turismo depende da conservação desses recursos, pois a manipulação ambiental pode prejudicar a qualidade das experiências dos visitantes e, por consequência, a orientação econômica das atividades turísticas, necessitando de políticas e práticas promovidas.

---

⁵Ver a resolução: https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2023-01/Resolution_A_RES_77_178_ENG.pdf?VersionId=jfpCQCnhCVjH1bgRISHnxYi.CISVFmKe.

Conforme observado por Dias (2003), a indústria turística pode desempenhar um papel fundamental na conservação ambiental, através de contribuições financeiras, gerenciamento sustentável e conscientização sobre a importância da proteção dos ecossistemas. No entanto, a adoção de práticas sustentáveis no turismo enfrenta diversos desafios, que precisam ser compreendidos e abordados de forma estratégica para assegurar o desenvolvimento sustentável do setor no país.

5.2.DESAFIOS E IMPLEMENTAÇÃO

A implementação de práticas de turismo sustentável na Guiné-Bissau enfrenta vários desafios, tanto de natureza econômica quanto social e ambiental. A fragilidade da infraestrutura local, a falta de investimento em capacitação e o limitado acesso a recursos financeiros são barreiras significativas. Como já ressaltado, quase de maneira exaustiva, economicamente, o país lida com questões de instabilidade política e dependência de ajuda externa, o que dificulta o estabelecimento de um ambiente favorável ao investimento em turismo sustentável. A instabilidade política, como demonstrado pelos frequentes golpes de estado e conflitos, torna incerta a atração de investidores e turistas estrangeiros, reduzindo o fluxo de capital necessário para desenvolver o turismo de forma sustentável, (Ozorio e Lima, 2019).

No aspecto social, a introdução de práticas de turismo sustentável requer a colaboração e o envolvimento ativo das comunidades locais, o que pode ser dificultado pela falta de educação formal, capacitação técnica e conscientização sobre a importância da sustentabilidade Silva (2012). O turismo expõe frequentemente as comunidades locais a culturas e modos de vida diversos, trazendo tanto benefícios, como o intercâmbio cultural, quanto desafios, como a perda de identidade cultural e a alteração dos valores sociais (Beni, 2006). O grande desafio é encontrar um equilíbrio entre o aproveitamento econômico do turismo e a preservação da identidade e da coesão social das comunidades locais

Ambientalmente, Guiné-Bissau possui uma riqueza natural significativa, incluindo áreas de biodiversidade críticas e ecossistemas frágeis, como o Arquipélago de Bijagós. O desenvolvimento de infraestrutura turística, como hotéis e estradas, pode ameaçar esses ecossistemas se não for cuidadosamente planejado e gerido. Além disso, a prática do turismo de massa sem controle adequado pode levar à degradação ambiental, poluição e esgotamento de recursos naturais, como a água potável, que já é limitada em algumas regiões (Sancho, 2001). Portanto, é imperativo adotar uma abordagem de turismo sustentável que minimize o impacto ambiental e preserve os recursos naturais para as gerações futuras.

De acordo com Rose (2002 *apud* PINTO, 2018), um turismo sustentável será sempre aquele que prioriza a combinação de três elementos fundamentais para sua realização: crescimento econômico; igualdade social e sustentabilidade ambiental. Silva (2012) também destaca que o turismo sustentável é aquele que preserva o meio ambiente, valoriza a identidade cultural local e reduz a pobreza por meio de projetos desenvolvidos de forma participativa e inclusiva.

5.3. TURISMO E DESENVOLVIMENTO

A experiência de outros países africanos como: Cabo – Verde; Quênia e Botswana em desenvolvimento do setor de turismo podem ser apropriadas de maneiras para o contexto guineense no desenho e na efetivação de práticas de turismo sustentável por exemplo, Cabo Verde tem utilizado o turismo como um motor de desenvolvimento econômico, apesar de enfrentar desafios semelhantes, como dependência de investimentos externos e infraestrutura limitada e sem qualquer recurso natural. Procurou-se focar no turismo sustentável, com isso, obteve sucessos nesta política, visto que, conseguiu chamar atenção de turistas de diversas nacionalidades do mundo e promover o desenvolvimento econômico, ainda que com desafios significativos em termos de equilíbrio entre crescimento e preservação ambiental (Beni; Borges, 2006).

Do outro lado, a Quênia, que adotou uma abordagem de ecoturismo focada na conservação de suas áreas naturais e na geração de benefícios econômicos para as comunidades locais. Programas de ecoturismo, como aqueles em torno de suas reservas de vida selvagem, demonstraram que o turismo pode ser uma ferramenta eficaz para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento socioeconômico (Honey, 2008). O envolvimento direto das comunidades locais na gestão de recursos naturais e na oferta de serviços turísticos tem sido fundamental para o sucesso dessas iniciativas. Essas práticas demonstram a importância de políticas públicas que incentivem o turismo responsável e sustentável, com um enfoque na preservação dos recursos e na inclusão das comunidades locais.

Botswana, por sua vez, também oferece um exemplo interessante de turismo sustentável, tendo adotado políticas rigorosas de baixa densidade e alto valor, focando em turistas que estão dispostos a pagar preços mais elevados em troca de experiências exclusivas e de alto valor natural e cultural (Mbaiwa, 2005). Esse modelo contribuiu para a mitigação dos impactos negativos do turismo de massa e para a promoção da preservação ambiental. A Guiné-Bissau poderia adotar práticas semelhantes, avança desenvolver um turismo que respeite e

proteja as suas áreas de biodiversidade crítica, como o Arquipélago de Bijagós, ao mesmo tempo em que gera benefícios económicos significativos.

De acordo com a literatura obtida observa-se que a sustentabilidade no turismo é um caminho viável e necessário para a Guiné-Bissau, onde as práticas de turismo podem não apenas gerar benefícios económicos, mas também promover a conservação ambiental e o bem-estar social. No entanto, para alcançar esses objetivos, é essencial enfrentar desafios substanciais relacionados à infraestrutura, capacitação e governança.

O sucesso de outros países africanos mencionados podem auxiliar a Guiné-Bissau no desenvolvimento de um modelo de turismo que equilibre o crescimento económico, a inclusão social e a preservação ambiental. A implementação de políticas públicas de longo prazo, que incentivam práticas sustentáveis no setor turístico, será essencial para que o país aproveite plenamente seu potencial turístico, garantindo o bem-estar das gerações atuais e futuras.

De acordo com Santos (2012) destaca que o conceito de desenvolvimento foi moldado historicamente a partir de três perspectivas: crescimento económico, satisfação das necessidades básicas e sustentabilidade socioambiental. Embora muitas vezes associado ao crescimento económico, o desenvolvimento vai além dos aspectos quantitativos, abrangendo a qualidade de vida e a melhoria das condições sociais.

Em relação ao aspecto social do desenvolvimento, surgiram as teorias de desenvolvimento ao tentar explicar o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, a pobreza. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento está associado ao nível de satisfação das necessidades humanas, estendendo a discussão para outras áreas do conhecimento, como Sociologia, Ciência Política e Antropologia (SANTOS, 2012, p.53).

De acordo com Sen (2010), a qualidade de vida das pessoas não deve ser medida pelas riquezas materiais, mas pela liberdade, que é o principal objetivo do Desenvolvimento. Isso significa retirar a sociedade de diversas privações, como a falta de alimentação adequada, cuidados de saúde, saneamento básico, boa educação, emprego lucrativo, segurança económica e social, liberdade de expressão, direito ao voto, entre outras. É essencial que os Estados, em colaboração com outros grupos de interesse público, assegurem e ampliem essas liberdades, pois quanto menos uma comunidade sofrer com a falta dessas liberdades, maior será a possibilidade de um país se desenvolver.

A evolução e a interação são centrais para o conceito de desenvolvimento, onde uma série coordenada de processos participativos possibilita um avanço contínuo no debate e no fortalecimento das capacidades de planejamento e mobilização de recursos económicos, sociais e ambientais da sociedade, tanto a curto quanto a longo prazo. Esse progresso é alcançado por

meio de estratégias articuladas, quando viáveis, e, caso contrário, através de arbitragem e conciliação.

O setor de turismo é intensivo em mão de obra e pode gerar empregos em várias áreas, como hospitalidade, guias turísticos, transporte, artesanato e agricultura. Isso ajuda a reduzir o desemprego e a melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. O turismo traz divisas estrangeiras para o país por meio dos gastos dos turistas em acomodações, alimentação, transporte, compras e atividades turísticas. Essas receitas podem ser investidas em infraestrutura, serviços públicos e desenvolvimento social (OMT, 2019).

Segundo Neto (2003), o turismo abrange uma vasta gama de atividades econômicas e pode ser considerado a maior indústria do mundo. O turismo internacional é um dos setores que mais cresce na economia global. Durante a década de 1990, quando a organização do turismo alcançou proporções sem precedentes, as receitas internacionais de turismo apresentaram uma taxa média de crescimento anual de 7,3%, superando o crescimento da produção mundial bruta. Em 1999, as receitas internacionais de turismo representavam mais de 8% do valor mundial de exportação de mercadorias e serviços, ultrapassando o valor de exportação de outros setores industriais líderes, como automóveis, produtos químicos e equipamentos de escritório.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2019), as chegadas de turistas internacionais aumentaram 5% em 2018, alcançando a marca de 1,4 bilhão. Os ganhos de exportação gerados pelo turismo também cresceram, atingindo US\$ 1,7 trilhão, um aumento de 4% em relação ao ano anterior.

Referindo-se a dados mais recentes, a UNWTO (2019) registrou em 2018 um aumento de US\$ 121 bilhões nas receitas de exportação do turismo internacional (viagens e transporte de passageiros) em comparação com 2017. Segundo essa organização, os ganhos com exportação do turismo internacional são uma importante fonte de receita estrangeira para muitos destinos ao redor do mundo. O turismo continua sendo um componente crucial da diversificação de exportações tanto para economias emergentes quanto avançadas, com uma forte capacidade de reduzir déficits comerciais e compensar receitas mais fracas de exportação de outros bens e serviços.

Lickorish & Jenkins (2000 apud RODRIGUES 2019), acreditam que os impactos econômicos positivos do turismo se manifestam principalmente em:

- Na Balança de Pagamentos;
- No aumento da renda local e na criação de empregos;
- Na diversificação e dinamização da estrutura produtiva, pois o turismo aumenta a atratividade local e estimula novos investimentos;

- No aumento das contribuições para receitas públicas;

Dependendo do contexto, o turismo pode ajudar a diversificar a economia, reduzindo a dependência de setores específicos, como agricultura ou extração de recursos naturais. Isso torna a economia mais resiliente a choques externos. O turismo traz visitantes de diferentes partes do mundo, promovendo a troca cultural e a compreensão mútua. Isso pode levar ao fortalecimento das relações internacionais e ao desenvolvimento da diplomacia cultural. O turismo pode incentivar o empreendedorismo local, com pessoas criando pequenos negócios relacionados ao setor, como restaurantes familiares, pousadas e empresas de turismo.

A indústria do turismo muitas vezes requer treinamento e capacitação de pessoal. Isso pode melhorar a educação e a empregabilidade da população local (EMBALO, 2020). O turismo coloca Guiné-Bissau no mapa global, aumentando a conscientização sobre o país e atraindo investidores e outros atores internacionais.

No entanto, o turismo pode ser uma ferramenta para o desenvolvimento de áreas menos desenvolvidas do país, redistribuindo os benefícios econômicos e melhorando a infraestrutura nessas regiões. No entanto, é importante notar que o turismo também pode trazer desafios, como impactos ambientais negativos, pressão sobre recursos naturais, desigualdades na distribuição de benefícios e riscos de descaracterização cultural.

Portanto, é crucial que o turismo seja gerenciado de forma sustentável, com políticas públicas adequadas que equilibrem o crescimento do turismo com a preservação do ambiente e o bem-estar das comunidades locais.

6.RESULTADOS

Durante as nossas análises notamos que, apesar do país firmar como um grande potencial para a área do turismo no que tange a elevação do desenvolvimento econômico e especialmente em lidar com os cuidados do ambiente e redução da pobreza através das políticas públicas que olham para essas vulnerabilidade de maneira resiliente e necessárias. Contudo, o país em outras ocasiões é munida de enormes desafios.

Quando observamos para as políticas atuais, como a Lei base de turismo nº 1/2011 e o Plano "Terra Ranka", refletem uma compreensão da necessidade de promover um turismo sustentável, mas sua implementação é prejudicada por vários fatores, incluindo a falta de recursos financeiros, infraestrutura inadequada, e fragilidade das instituições responsáveis pela governança do setor. Dentro das considerações feitas por Ozirio e Lima (2019), nota-se que, desde 2004, o governo da Guiné-Bissau já considerava o crescimento do turismo como um

instrumento para combater a pobreza e garantir a sustentabilidade ambiental e social de maneira abrangente e eficiente.

Além do mais, o Plano Operacional Estratégico de Desenvolvimento Nacional da Guiné-Bissau (2015-2025), também referido como “Terra Ranka”, define o turismo como um dos quatro setores fundamentais para a nação, posicionando-o como o terceiro pilar do desenvolvimento econômico. O objetivo é tornar a Guiné-Bissau um destino mundialmente conhecido para o ecoturismo e o turismo sustentável, uma conquista que certamente posicionaria a Guiné-Bissau de forma singular e positiva no cenário internacional.

Outro componente de destaque é o DENARP (Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza) I e II, que são estratégias formuladas pelo governo da Guiné-Bissau com a finalidade de fomentar o progresso socioeconômico e diminuir a pobreza na nação. Esses planos abrangem diversos setores, sendo o turismo um elemento crucial. Isso se deve ao grande potencial turístico, especialmente devido a sua rica biodiversidade e beleza natural, como o Arquipélago dos Bijagós, uma Reserva da Biosfera da UNESCO.

Adicionalmente, nota-se a existência de uma Estratégia Nacional de Ecoturismo na Guiné-Bissau, um documento meticulosamente preparado para definir orientações robustas para o avanço do ecoturismo no país. Esta estratégia busca criar oportunidades de trabalho e renda sustentável, enquanto aumenta a resiliência das comunidades locais, garantindo a conservação e a sustentabilidade dos recursos ecoturísticos de forma harmoniosa e justa.

Os resultados indicam que é necessário reformular as políticas públicas de turismo, incorporando melhores práticas internacionais e adaptando-as ao contexto local. A criação de um Plano Diretor Nacional de Turismo Sustentável, a promoção de parcerias público-privadas e o fortalecimento do engajamento comunitário são ações recomendadas para promover um desenvolvimento equilibrado e inclusivo do turismo em Guiné-Bissau.

7.CONCLUSÕES

O desenvolvimento sustentável do turismo em Guiné-Bissau tem o potencial de transformar a economia do país, promovendo o crescimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental. No entanto, para alcançar esses objetivos, é crucial que as políticas públicas sejam eficazes, integradas e adaptáveis ao contexto local. O estudo destacou a necessidade de fortalecer a governança, melhorar a infraestrutura, promover o engajamento comunitário e desenvolver um plano estratégico de turismo sustentável que incorpore as melhores práticas internacionais.

O turismo traz divisas estrangeiras para o país através dos gastos dos turistas em acomodações, alimentação, transporte, compras e atividades turísticas. Essas receitas podem ser usadas para investir em infraestrutura, serviços públicos e programas de desenvolvimento. A indústria do turismo é intensiva em mão de obra e pode gerar empregos em várias áreas, incluindo hospitalidade, guias turísticos, transporte, artesanato e agricultura. Isso contribui para a redução do desemprego e melhora o padrão de vida das comunidades locais.

O crescimento do turismo frequentemente requer melhorias na infraestrutura, como aeroportos, estradas, portos, hotéis e restaurantes. Esses investimentos beneficiam tanto os turistas quanto a população local, melhorando a qualidade de vida. A indústria do turismo muitas vezes requer treinamento e capacitação de pessoal. Isso pode melhorar a educação e a empregabilidade da população local.

Além disso, a criação de um Plano Diretor Nacional de Turismo Sustentável se torna essencial. Este plano deve fornecer uma estrutura abrangente para o desenvolvimento do turismo em todo o território de Guiné-Bissau, estabelecendo metas específicas para diferentes regiões, por exemplo, o Arquipélago dos Bijagós e considerando as necessidades de infraestrutura, transporte, capacitação profissional e marketing turístico. Também é importante promover o ecoturismo e o turismo comunitário como formas de turismo sustentável que possam envolver diretamente as comunidades locais e garantir que os benefícios econômicos sejam distribuídos de forma equitativa. Para tanto, devem ser oferecidos incentivos fiscais e subsídios para negócios que adotem práticas sustentáveis e que incluam a comunidade local em suas operações.

Ademais, é fundamental fortalecer as parcerias público-privadas, promovendo cooperações entre o governo, o setor privado e as comunidades locais para o desenvolvimento de projetos de turismo sustentável. Tais parcerias podem ser usadas para a gestão compartilhada de áreas protegidas, desenvolvimento de infraestrutura turística e promoção conjunta de destinos. Uma política de descentralização também deve ser implementada para permitir que regiões e comunidades locais tenham mais autonomia na gestão do turismo, o que poderá reduzir desigualdades regionais e fomentar um desenvolvimento mais equilibrado e alinhado com as potencialidades locais.

A promoção do engajamento da comunidade local é uma estratégia central. É necessário desenvolver programas de capacitação e educação que envolvam as comunidades no planejamento e na execução de atividades turísticas sustentáveis, aumentando o conhecimento sobre a importância da preservação ambiental e cultural. O empoderamento das comunidades locais também pode ser promovido por meio da criação de cooperativas e associações que

gerenciem diretamente atividades turísticas, como guias locais, hospedagem domiciliar e artesanato, assegurando que os benefícios econômicos sejam amplamente distribuídos e que a comunidade local participe ativamente na tomada de decisões.

Em termos de preservação ambiental, é crucial expandir e fortalecer a rede de áreas protegidas de Guiné-Bissau, implementando planos de manejo participativos que envolvam as comunidades locais na gestão e proteção desses territórios. A promoção de práticas de turismo de baixo impacto ambiental, como caminhadas ecológicas e observação de aves, também deve ser incentivada, com a regulamentação de limites de visitantes em áreas sensíveis para reduzir a pegada ecológica e garantir que o turismo contribua positivamente para a conservação da biodiversidade.

Contudo, deve-se promover a atração de investimentos privados em infraestrutura turística sustentável, como eco-lodges, centros de visitantes e transporte ecológico, oferecendo incentivos como isenções fiscais e acesso a financiamentos preferenciais para empresas que adotem práticas sustentáveis. É igualmente importante criar uma estratégia de marketing integrada para promover Guiné-Bissau como um destino sustentável e diferenciado, destacando seus recursos naturais e culturais e colaborando com operadores turísticos locais e internacionais para atingir um público mais amplo.

Para garantir a implementação eficaz dessas estratégias, é recomendada a criação de um Comitê Nacional de Turismo Sustentável, composto por representantes do governo, setor privado e sociedade civil, que seja responsável por coordenar, monitorar e avaliar as políticas de turismo sustentável. Este comitê deve adotar indicadores de sustentabilidade específicos para o turismo, permitindo monitorar o impacto ambiental, econômico e social das atividades turísticas e ajustar as ações conforme necessário.

A adoção de projetos-piloto em áreas estratégicas, como o Arquipélago dos Bijagós, pode servir como modelo para o desenvolvimento de diferentes abordagens de turismo sustentável que possam ser replicadas em outras regiões do país. Isso ajudaria a atrair financiamento internacional e fortalecer parcerias estratégicas. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de infraestrutura turística sustentável deve ser priorizado, utilizando energia renovável, transporte ecológico e práticas de construção que respeitem o ambiente natural e reduzam a pegada de carbono.

Dessa forma, é essencial fortalecer a governança e a participação cidadã no planejamento e implementação das políticas de turismo. Isso envolve a criação de canais de comunicação eficazes para garantir o feedback constante das comunidades locais e outros stakeholders, promovendo uma governança inclusiva e transparente. Também se recomenda o

fomento ao turismo educacional e científico, posicionando Guiné-Bissau como um destino para pesquisas científicas e programas educacionais internacionais, colaborando com universidades, centros de pesquisa e ONGs para desenvolver programas que possam atrair estudantes, pesquisadores e ecoturistas. Por fim, esperamos que este trabalho represente uma contribuição significativa e necessária para a área do turismo, com foco especial na realidade da Guiné-Bissau, promovendo reflexões e ações que possam fortalecer o desenvolvimento sustentável e ampliar as oportunidades no setor.

REFERÊNCIAS:

- Banco Mundial. O portfólio do Banco Mundial na Guiné-Bissau inclui projetos em desenvolvimento rural, gestão costeira e da biodiversidade, reabilitação de infraestrutura e muito mais. Disponível: <https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/overview>. Acesso em: 29/08/2024.
- BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- BRANDÃO, P. Baqueiro. **O turismo na contemporaneidade: algumas considerações a partir de uma perspectiva geográfica**. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009.
- CARDOSO, Carlos. **Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau**. Codesria – Yaounde, Cameroun: 07/11/12/2008.
- DIAS, Reinaldo (2003), *Sociologia do Turismo*, São Paulo: editora Atlas S.A.
- FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos Ebape*. BR, 2017, v. 15, n. 3. p. 667-681.
- GUINÉ-BISSAU. Plano e Estratégico Operacional 2015 – 2020 “Terra Ranka”. Bissau, 2015.
- Honey, M. (2008). *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* (2nd ed.). Washington, D.C.: Island Press
- KOUDAWO, F. **A Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau 1991-1996**. (Coord), Pluralismo Político na Guiné-Bissau, INEP, Bissau, 1996-; pp. 67-120.
- MALOMAR, Erikson Júlio. Influência da União Económica e Monetária da África Ocidental: (UEMOA) nas finanças públicas da Guiné-Bissau [em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/15298>>. Acesso 15 maio. 2023.
- Mbaiwa, J. E. (2005). *Enclave tourism and its socio-economic impacts in the Okavango Delta, Botswana*. *Tourism Management*, 26(2), 157-172.
- MONTEIRO, Carlos. Turismo e desenvolvimento econômico em países de baixa renda: o caso da Guiné-Bissau. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2008.
- Monteiro, LF (2022). Sustentabilidade e governança: Desafios para o setor público. Brasília.
- MONTEIRO, Marcel Stanlei. Políticas públicas. Gama, DF: UNICEPLAC, 2022. Volume 2. 21 p.
- OZORIO, Rodrigo Zomkowski; LIMA, Denise Valéria De. Turismo Responsável nas Ilhas Urok, Guiné-Bissau - Estudo de Caso. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e Tiniguena - Esta Terra é Nossa! 2019.
- MTA & IBAP. **Estratégia nacional para o desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau**. 28pp. Bissau, 2018.
- Neto, F. (2003), A New Approach to sustainable Tourisme Development: Mooving beyond environmental protection, *Natural Resoures Forum*, Vol. 27, pp. 212-222.

- O UNWTO **Tourism Highlights** apresenta uma visão geral concisa do turismo internacional no mundo com base nos resultados do ano de 2017. Disponível: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284419876>. Acesso em: 08/08/2024.
- OMT (Organização Mundial do Turismo). Planejamento ambiental no turismo. In: SANCHO, A. Turismo sustentável e gestão ambiental, 2001.
- PINTO, Angelo. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO TURÍSTICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM BOLAMABIJAGÓS/GUINÉ-BISSAU. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- Rodrigues, D. (2019). O turismo como Fator de crescimento e sustentabilidade da economia local: o caso do município de Saurimo, Revista Eletrônica Kulongesa – TES (Tecnologia – Educação – Sustentabilidade). Vol. I, Nº. 1.
- SANTOS, E.L.; BRAGA, V.; SANTOS, R.S.; BRAGA, A.M.S. Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, Ano 2, n. 1, jul. 2012.
- Secchi, L. (2010). Política Pública: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, R. F. Turismo, desenvolvimento sustentável e direitos humanos: O programa "Viaja Mais, Melhor Idade". Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 6, n. 3, p. 290-304, 2012.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez. 2006, p. 20-45.
- SWARBROOKE, J. O relacionamento entre o meio ambiente e o turismo. CULTUR, ano 14, nº 01, maio 2020.
- VENTURINI, L. D. B; LOPES, L. F. D. O modelo triple bottom line e a sustentabilidade na administração pública: pequenas práticas que fazem a diferença. Repositório digital da UFSM, 2015 Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11691/Venturini_Laur en_Dal_Bem.pdf?sequen ce=1&isAllowed=y >. Acesso em: 10 jan. 2024.
- WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (WTTC). Relatório de Impacto Econômico (EIR) do Turismo. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202404/em-10-anos-turismo-contribuiu-com-us-16-trilhoes-na-economia-dos-paises-estima-wttc>. Acesso em: 09 set. 2024.
- World Travel and Tourism Council (2014), Travel & Tourism - Global Economic Impact & Trends.